



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

DIONEL BARBOSA FERREIRA JÚNIOR

**A CIDADANIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: EXPERIÊNCIA DO PROJETO “NÓS
PROPOMOS” NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MARABÁ – PARÁ.**

Marabá, PA
2020

DIONEL BARBOSA FERREIRA JÚNIOR

A CIDADANIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: EXPERIÊNCIA DO PROJETO “NÓS PROPOMOS” NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MARABÁ – PARÁ.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como requisito à obtenção de título acadêmico em Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza

Marabá, PA
2020

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Biblioteca
Josineide da Silva Tavares**

Ferreira Júnior, Dionel Barbosa

A cidadania no ensino de geografia: experiência do projeto “nós propomos” na educação básica do Município de Marabá – Pará. / Sabrina Santos da Silva; orientador, Marcus Vinicius Mariano de Souza. Marabá : [s. n.], - 2020.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura Plena em Geografia, 2020.

1. Educação – Marabá (PA). 2. Geografia (Ensino fundamental) – Estudo e ensino. 3. Cidadania. I. Souza, Marcus Vinicius Mariano de, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 372.891

Elaborada por Hully Thacyana da Costa Coelho – CRB-2/1593

DIONEL BARBOSA FERREIRA JÚNIOR

A CIDADANIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: EXPERIÊNCIA DO PROJETO “NÓS PROPOMOS” NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MARABÁ – PARÁ.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como requisito à obtenção de título acadêmico em Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza

Data de aprovação: Marabá (PA), 21 de dezembro de 2020.

Formatado: Sublinhado

Formatado: Sublinhado

BANCA EXAMINADORA

Marcus V. M. de Souza

Prof. Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza (ICH/FGEO/UNIFESSPA)
(Orientador)

Robson Alves dos Santos

Prof. Dr. Robson Alves dos Santos (ICH/FGEO/UNIFESSPA)
Examinador Interno

Formatado: Centralizado

Élida P. Tonetto

Profa. Dra. Élida Pasini Tonetto (Faced/UFRGS)
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), por estar comprometida com a qualidade e excelência de ensino. Pelas oportunidades que tive de participar dos projetos de pesquisa, ensino e extensão acadêmica, ajudando-me no desenvolvimento pessoal e profissional. A minha percepção de vida e de mundo tornou-se mais humana durante esse trajeto.

A Deus pela sua bondade, por me conceder perseverança, inteligência e acima de tudo, sabedoria para discernir nas decisões durante toda a minha vida. Por não me desamparar nos momentos em que mais precisei.

Aos meus pais, Dionel Barbosa Ferreira e Ivanice Lopes Oliveira Ferreira, pelo apoio e incentivo de maneira incondicional, que serviram de alicerce para as minhas realizações. Minha admiração, agradecimento e amor a vocês, por pensarem sempre de maneira coletiva, em prol da nossa família. Espero retribuir cada esforço dado por vocês.

À minha irmã Nadriane Oliveira Ferreira, pela amizade e atenção dedicadas quando sempre precisei.

Àqueles amigos de longa caminhada, que cresceram e sempre estiveram comigo em todos os âmbitos, Luciana Bressan (e família), Malthus Maurício, Ruan Silva e Jonas Bezerras.

Aos amigos que adquiri durante a graduação, Aubrey-Mar, Diemison Ladislau, Igor Murilo, Ilcileia Santos, José Neto, Karleison Moreira, Marjorie Maximiana, Marley Trajano, Paulo de Jesus, Raquel Costa, Tamara Foscarim, Wisa Rios, e outros que compartilharam de inúmeros momentos sempre com o espírito colaborativo.

À Brenda Almeida Lima, pela compreensão, carinho e incentivo diante das inseguranças e incertezas na reta final. Agradeço o apoio mediante às minhas crises de ansiedade, me (re)lembrando sempre que sou capaz de realizar meus objetivos.

Ao meu professor orientador Marcus Vinicius, por ser um excelente profissional e ser humano. Pelas ocasiões em que pude participar das pesquisas desenvolvidas

Formatado: Centralizado

no Laboratório de Estudos Urbanos (LEURB), por toda compreensão, paciência e serenidade para mediar seus conhecimentos e sanar minhas dúvidas. Meu muito obrigado pela amizade e preocupação.

Ao Professor Robson Alves, por sempre me auxiliar e incentivar nas produções acadêmicas, por demonstrar confiança e parceria nas realizações das pesquisas. A sua humildade e comprometimento serviu de inspiração para prosseguir ainda mais a docência. Aos demais professores que fazem parte do corpo docente, responsáveis pelo enriquecimento geográfico da região.

Ao Professor Evandro Frois e a EMEF Deuzuita Melo de Albuquerque, por abrir as portas de sua instituição para a realização de minha pesquisa. Minha admiração aos profissionais que compõem a escola e que se preocupa com a comunidade.

RESUMO

A Geografia e a educação geográfica são de suma importância para a sociedade, sobretudo, quando se faz presente desde o ambiente escolar para compreender tais arranjos no espaço geográfico. Torna-se imprescindível que os docentes de Geografia detenham de conhecimentos pedagógicos para assim manuseá-los como parte do planejamento das aulas, visando melhorar a mediação didática, facilitando o processo de ensino-aprendizagem da geografia. O objetivo do presente trabalho é desenvolver a cidadania no ensino de Geografia, com a experiência do projeto “Nós Propomos” na educação básica do município de Marabá-PA. Os métodos empregados, partiram das pesquisas bibliográficas a respeito dos temas: Ensino de Geografia, Cidade e Cidadania na educação básica, além da aplicação do projeto “Nós Propomos” desenvolvidos em outras instituições em edições anteriores, tomando como base para a execução do projeto. Na pesquisa empírica, para a execução do Projeto “nós propomos” na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deuzuita Melo de Albuquerque, foram realizadas as seguintes etapas: etapa 1) uso de questionários quali-quantitativos a fim de conhecer o perfil dos alunos, local de moradia e concepções acerca do conceito de cidadania; etapa 2) análise do filme “o menino que descobriu o vento” e posterior debate a respeito do mesmo, o relacionando com a ideia principal do projeto; etapa 3) planejamento e execução da pesquisa de campo, os alunos identificaram a localização das problemáticas urbanas por meio de imagens de satélites, traçando um possível percurso; etapa 4) e por fim a exposição do projeto na VI feira do conhecimento, realizada na respectiva instituição de ensino. O ensino de Geografia compreende uma diversidade de temáticas que podem ser trabalhadas de maneira interdisciplinar, relacionando diretamente a questões ligadas à cidade. Pretende-se com a realização da pesquisa, servir como base de reflexões e implementações em outras escolas do município, servindo de suporte para o ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chaves: Ensino de Geografia. Cidadania. Projeto Nós Propomos.

ABSTRACT

Geography and geographic education are of paramount importance to society, especially when it is present from the school environment to understand such arrangements in the geographical space. It is essential that Geography teachers have pedagogical knowledge to handle them as part of the lesson planning, aiming to improve didactic mediation, facilitating the teaching-learning process of geography. The objective of this work is to develop citizenship in the teaching of Geography, with the experience of the "We Propose" project in basic education in the municipality of Marabá-PA. The methods used were based on bibliographic research on the themes: Teaching Geography, City and Citizenship in basic education, in addition to the application of the "We Propose" project developed in other institutions in previous editions, taking as a basis for the execution of the project. In the empirical research, for the execution of the "we propose" Project at the Municipal Elementary School Deuzuita Melo de Albuquerque, the following steps were carried out: step 1) use of qualitative and quantitative questionnaires in order to know the profile of the students, place of housing and conceptions about the concept of citizenship; step 2) analysis of the film "the boy who discovered the wind" and later debate about it, relating it to the main idea of the project; step 3) planning and executing the field research, the students identified the location of urban problems through satellite images, tracing a possible route; step 4) and finally the exhibition of the project at the VI knowledge fair, held at the respective educational institution. Geography teaching comprises a diversity of themes that can be worked in an interdisciplinary way, directly relating to issues related to the city. The research is intended to serve as a basis for reflections and implementations in other schools in the municipality, serving as support for teaching, research and extension.

Keywords: Geography teaching. Citizenship. We Propose Project.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- A troca mútua de conhecimentos/saberes geográficos.....	<u>161615</u>
Figura 2- Esquematização do Ensino Fundamental dos PCNs.....	<u>252524</u>
Figura 3- O termo “cidadania” ao longo do 3º ciclo dos PCNs	<u>262625</u>
Figura 4- A cidadania nas unidades temáticas da BNCC.....	<u>282827</u>
Figura 5- O projeto como tríade na educação	<u>303029</u>
Figura 6- Expansão do Projeto Nós Propomos no contexto internacional.....	<u>313130</u>
Figura 7- Mapa de localização da EMEF Deuzuita Melo de Albuquerque na cidade de Marabá-PA	<u>343433</u>
Figura 8- Gráfico da concepção de cidadania segundo os alunos	<u>363635</u>
Figura 9- Problemáticas escolhidas pelos alunos obtidos através da aplicação dos questionários universais do Projeto “Nós Propomos”.....	<u>363635</u>
Figura 10- Filme utilizado como instrumento pedagógico acerca da compreensão da temática cidadã individual e coletiva	<u>383837</u>
Figura 11- Identificação e Planejamento para possível trajeto de campo através de imagens de satélites.....	<u>393938</u>
Figura 12- Aplicação de questionários com os moradores dos Bairros da Paz, Laranjeiras e Liberdade.....	<u>404039</u>
Figura 13- Mapa de localização do trajeto e das problemáticas urbanas do Bairro da Paz, Bairro Laranjeiras e Bairro Liberdade do município de Marabá-PA	<u>414140</u>
Figura 14- Identificação de possíveis lugares para lazer no Bairro da Paz	<u>424241</u>
Figura 15- Apontamento das problemáticas, como a presença de lixo doméstico nas proximidades das avenidas urbanas do Bairro Laranjeiras	<u>434342</u>
Figura 16- Esgoto à céu aberto próximo das residências no Bairro Liberdade	<u>444443</u>

Figura 17- Exposição das atividades desenvolvidas durante o Projeto “Nós Propomos” pelos alunos da turma 9º ano D da EMEF Deuzuita Melo de Albuquerque na VI edição da Feira do Conhecimento[454544](#)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PCN	Parâmetros Curricular Nacional
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Unifesspa	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
LEURB	Laboratório de Estudos Urbanos
IGOT	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
MEC	Ministério da Educação

SUMÁRIO

CAPÍTULO I- APRESENTAÇÃO	12
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 O Ensino de Geografia e a formação cidadã	14
1.2 A Cidade como abordagem no Ensino de Geografia: cidadania participativa em foco	18
1.2 Cidadania: uma evolução na história das civilizações	20
CAPÍTULO II- A GEOGRAFIA E AS BASES LEGAIS: ENSINO FUNDAMENTAL	23
2 A cidadania inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)	23
2.1 A cidadania na Base Comum Curricular (BNCC)	26
CAPÍTULO III- O projeto Nós Propomos como possibilidade para a Educação Cidadã	29
3 Origem e Expansão do Projeto Nós Propomos	29
3.1 Formação da Escola Deuzuita Melo de Albuquerque e sua relação com a comunidade externa	32
3.2 Caminhadas do Projeto e da Pesquisa	35
4 CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE A – Questionário respondido pelo docente de Geografia da EMEF Deuzuita	50
ANEXO A – Questionário respondido pelos alunos	54

CAPÍTULO I- APRESENTAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Vivemos atualmente em uma sociedade capitalista e globalizada marcada pelas mudanças e transformações constantes no qual a Geografia e a educação geográfica são de suma importância para a sociedade, sobretudo, quando se faz presente desde o ambiente escolar para compreender tais arranjos no espaço geográfico. Como consequência tem-se uma sociedade cada vez mais desigual, com concentração de renda e perda de cidadania. A Geografia escolar, entendida aqui como instrumento de oposição a essa perda de cidadania, ainda há uma continuidade acerca métodos tradicionais/empíricos utilizados pelos docentes em salas de aulas, o que corrobora para um ensino pautado na memorização, descrição de fenômenos, com discursos fadados à assuntos simplórios e que consequentemente são sem importância para o aluno e o seu desenvolvimento intelectual, humano e de sua cidadania.

Dentre os objetivos da Geografia escolar, destaca-se que esta deve permitir ao educando realizar aprendizagens significativas, pois esta mesma, é rica por abordagens de conteúdos e conceitos como paisagem, território região, por meio desses, pode ser trabalhada em todas as fases do ensino, por meio da interligação da teoria e prática no contexto educacional. Portanto, trabalhar a realidade dos alunos vinculada as temáticas de ensino, propicia uma melhor compreensão, aprendizado e consequentemente, influência para a atuação e exercício da cidadania no espaço em que vivem.

É imprescindível que os docentes de Geografia detenham de conhecimentos pedagógicos para assim manuseá-los como parte do planejamento das aulas, o que consequentemente venha a melhorar na mediação didática, potencializando o ensino de Geografia e a promoção da cidadania. Assim, propõem-se a utilização de uma Geografia crítica, que de *práxis* considera a realidade do aluno, no processo de ensino-aprendizagem, na qual seja capaz de identificar problemáticas e propor soluções plausíveis, formando-os em cidadãos críticos. Pensando por esse viés, e entendido aqui como uma Geografia cidadã, surge em Portugal na capital Lisboa em 2011 o projeto “Nós propomos”, com o objetivo de promover um trabalho de índole

mais prática e direcionado para uma ativa cidadania local. A sua realização inicial, influenciou posteriormente na expansão do projeto para fora do país, sendo desenvolvido na Espanha e atualmente no Brasil, em mais de 20 instituições de nível superior.

A ideia do desenvolvimento da cidadania local, instigou a implementação do projeto no contexto local da cidade de Marabá, sendo realizado em parceria entre a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Laboratório de Estudos Urbanos (LEURB) e a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Dezuita Melo de Albuquerque, a série escolhida para o desenvolvimento do projeto foi o 9º ano – D, devido estar sob a responsabilidade do professor de Geografia Evandro Frois para desenvolver projeto com os alunos para a Feira do Conhecimento. O trabalho tem como objetivo geral desenvolver a cidadania participativa no âmbito escolar, utilizando o projeto “nós propomos” no ensino de Geografia, enquanto recurso metodológico capaz de mobilizar os alunos a compartilharem e intervirem acerca dos problemas urbanos vivenciados por eles diariamente. Tendo como objetivos específicos: a) Compreender o conceito de cidadania segundo a percepção dos alunos; b) Desenvolver nos alunos o senso crítico, de modo que identifiquem problemáticas se materializam no dia a dia do espaço urbano vivido, e como acaba afetando a população de modo prejudicial; c) Instigar os adolescentes a pesquisarem e estudarem medidas que viabilize a interação entre o problema encontrado e uma possível proposta de solução.

Como procedimentos metodológicos, foi realizado primeiramente uma pesquisa bibliográfica a respeito dos seguintes temas: Ensino de Geografia, Cidade e Cidadania na educação básica, além de embasamento em outros projetos desenvolvidos em edições e anteriores. Na pesquisa empírica, para a execução do Projeto “nós propomos” na EMEF Dezuita, foram realizadas as seguintes etapas: etapa 1) uso de questionários quali-quantitativos a fim de conhecer o perfil dos alunos, local de moradia e concepções acerca do conceito de cidadania; etapa 2) análise do filme “o menino que descobriu o vento” e posterior debate a respeito do mesmo, o relacionando com a ideia principal do projeto; etapa 3) planejamento e execução da pesquisa de campo, os alunos identificaram a localização das problemáticas urbanas por meio de imagens de satélites, traçando um possível percurso; etapa 4) e por fim a exposição do projeto na VI feira do conhecimento, realizada na respectiva instituição de ensino.

O referente trabalho está dividido em 3 capítulos, na qual aborda-se em primeiro o referencial teórico, pautado no Ensino de Geografia e Formação Cidadã. Em seguida, discute-se a cidadania presente nas bases legais da Geografia: os Parâmetros Curriculares (PCNs) e a Base Comum Curricular (BNCC). No terceiro e último capítulo, apresenta-se o projeto “nós propomos” na prática, explanando as etapas do projeto.

1.1 O Ensino de Geografia e a formação cidadã

A educação possibilita à sociedade a compreensão do contexto e da realidade na qual os sujeitos estão inseridos, instigando o desenvolvimento intelectual, humano e no processo de construção de ideias. Dessa maneira, ressalta-se a importância de um ensino de qualidade, emancipador, no qual se questiona no âmbito das pesquisas a perpetuação da utilização do ensino tradicional, de modo que Libâneo (2006) menciona que sua definição está associada ao “senso comum”, tendo como característica a “transmissão da matéria aos alunos, realização de exercícios repetitivos, memorização de definições e fórmulas”.

A vista do que foi exposto, se interroga e se questiona a respeito da importância de um processo formativo dos alunos enquanto cidadãos, e não um ensino tradicional, que condiciona e limita a criticidade dos sujeitos presente na esfera educacional. Neste cenário, o ensino tem como intuito o desenvolvimento dos cidadãos, assim não se limitando a apenas a instruir para que se entenda a própria realidade, mas que o educando saiba o seu papel e a sua influência através das próprias práticas sociais.

Contudo, seria a Geografia uma das ciências responsáveis na progressão da formação cidadã? Sim, mediante a sua sistematização enquanto disciplina escolar. Entretanto cabe ressaltar primeiramente os anseios pelo qual o professor de Geografia está sujeito devido à falta de interesse pela matéria, o que corrobora a um ensino de Geografia fadado às características do ensino tradicional, marcado pela descrição, memorização de rios, capitais dos estados por exemplo, além do uso da enumeração.

Destarte o trabalho docente não se reduz a reprodução de matérias, a utilização do livro didático como o único recurso pedagógico ou a limitação da existência de um professor explicativo em que há o seu predomínio de fala, o que se assemelha à

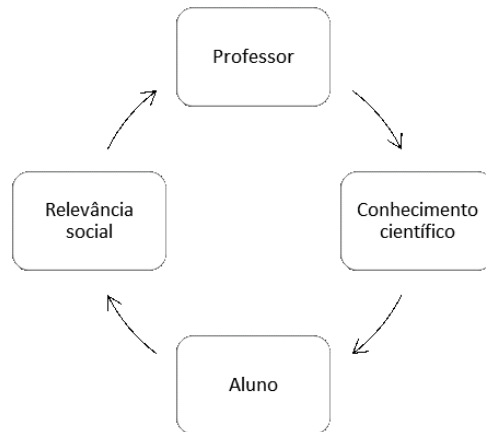
concepção de Paulo Freire (1996, p.57), quando o autor evidencia que “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante”. Tal concepção do autor é importante na medida em que tende a superar os vícios de uma educação inerte, marcada por temas sem sentido social para a vida dos estudantes, de modo que desconsidera o cunho crítico-reflexivo no processo de ensino-aprendizagem. Assim se faz relações dentro das perspectivas geográficas, que discutem no atual contexto um ensino pautado no aluno enquanto sujeito responsável pelos questionamentos da realidade destes, de modo a superar as aprendizagens repetitivas.

Vesentini (1992) analisa que para a docência se faz necessário sempre estar em constante atualização acerca da ciência geográfica, o que se evidencia a importância da formação continuada do professor de Geografia, uma vez que auxilia no desenvolvimento e aperfeiçoamento das habilidades exercidas no âmbito escolar. O autor ainda salienta o quanto se torna essencial “uma relação dialética” que propicie interações de um conhecimento científico concernente a realidade vivida/vivenciada pelo aluno. Em sua obra “Para uma geografia crítica na escola” ele destaca:

Um ensino crítico da Geografia não consiste pura e simplesmente em reproduzir num outro nível o conteúdo da(s) geografia (s) crítica (s) acadêmica (s); pelo contrário, o conhecimento acadêmico (ou científico) deve ser reatualizado, ou reelaborado em fundação da realidade do aluno e do seu meio (1992, p. 59).

Portanto é significativa a interpretação e consideração a respeito dos alunos, haja vista que constituem o espaço escolar, carregando consigo relações e interações com o seu cotidiano propiciando na produção sociocultural desses sujeitos. É a partir desse princípio que Cavalcanti (2013) concatena a percepção da realidade e espacialidade como ponto de análises para o exercício efetivo da cidadania, em virtude do professor trabalhar os saberes recorrentes desses alunos. Um ensino prazeroso não se detém de práticas fadadas a reprodução de conteúdo, mas a uma série de inovações metodológicas que se desenraizam de um ensino tradicional, todavia tal sistema ainda predomina.

Figura 1- A troca mútua de conhecimentos/saberes geográficos



Fonte: Autoria Própria, 2020

Os professores quando se aliam a uma educação emancipadora permitem uma quebra de paradigmas referentes aos entraves e aos mecanismos repetitivos do ensino tradicional. No entanto, deve-se ressaltar as questões que envolvem o ambiente escolar no que se refere às condições de trabalho impostas aos professores, averiguando desde a estrutura das escolas à própria formação docente e continuada aos regentes da disciplina. Nessa perspectiva Cavalcanti (2019, p. 40) relaciona as práticas pedagógicas, didáticas no ensino com as limitações condicionadas pelos serviços, citando o “baixo salário, número excessivo de aulas para completar carga horária, turmas numerosas e poucos recursos didáticos”.

Assim sendo, notabiliza-se o quão as articulações entre conteúdos e métodos/metodologias possibilitariam para um ensino que visa não somente formar o aluno dentro dos processos institucionais, mas mudando de forma positiva a forma de pensar e agir na realidade e no âmbito social de cada educando. Observa-se então, o papel do ensino de Geografia perante o processo formativo dos alunos, vistos aqui não como objeto, mas sim como sujeitos de seu processo de construção do conhecimento, e conseqüentemente, enquanto cidadãos ativos e participativos na construção e mudanças na sociedade em que estão inseridos visando o exercício de sua cidadania.

É necessário pensar na cidadania enquanto processo formativo de jovens e adolescentes, sendo inserido no âmbito educacional como temática interdisciplinar. Para Leite (2018, p.04)

[...] a educação se vê diante da necessidade de contribuir para a formação de um cidadão que não se distancie da ética, que saiba não somente compreender a realidade, em todas as suas complexas relações de causa e efeito, mas, principalmente, que tenha ciência de que dispõe de possibilidades efetivas para assumir um papel ativo na formação de uma sociedade mais justa e igualitária, mediante a preservação da diversidade cultural e sem abrir mão de referências identitárias e territorializadas.

Recai sobre as instituições escolares, e sobre a Geografia o papel de formação dos alunos enquanto ser pesquisador e sujeito crítico, os instigando e colaborando para uma percepção e leitura espacial dos acontecimentos que envolvem a realidade vivida pelos jovens. O âmbito escolar é um dos primeiros espaços que permite o desenvolvimento do saber ao senso crítico, destarte, a aprendizagem é um processo constituído de etapas, na qual todo conhecimento prévio pode ser maximizado na presença de um educando. Concepção essa trabalhada no construtivismo de Vygotsky (1984, p.97) quando elabora o conceito de “Zona de Desenvolvimento Proximal”:

[...] a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se acostuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VYGOTSKY 1984, p.97).

Partindo dessa perspectiva é que deve se pensar a respeito do modo das condições de aprendizagem no ensino de Geografia, empenhando-se assim a correlação entre o conteúdo escolar e assuntos do cotidiano dos alunos, criando reflexões entre os jovens. Através da consideração da relevância social de onde os jovens e adolescentes estão inseridos, há a possibilidade de um significado nos conteúdos, colocando em pratica o exercício efetivo da cidadania.

É por meio desse princípio que Cavalcanti (2013, p.24) associa a percepção da realidade e espacialidade como ponto de análises para o exercício efetivo da cidadania, em virtude de o professor trabalhar os saberes recorrentes desses alunos. Para efetivar-se uma aprendizagem geográfica, é fundamental que as temáticas possam fazer sentido, havendo a clareza de objetivos por parte dos professores e que o trabalho seja voltado a formação cidadã. Cabe, pensarmos em práticas alternativas,

diferente das instituídas no ensino tradicional, que ainda se fazem presentes nas salas de aulas, limitando o pensamento crítico e o não desenvolvimento da cidadania.

Para Lodi e Araújo (2007, p. 70) “Mais do que os discursos, são a prática, o exemplo, a convivência e a reflexão, em situações reais, que farão com que os alunos e as alunas desenvolvam atitudes coerentes em relação aos valores que queremos ensinar”. Vale, para reforçar, transcrever as palavras de Cavalcanti (2008, p. 81):

O ensino da Geografia contribui para a formação da cidadania por meio da prática de construção e reconstrução de conhecimentos, habilidades, valores que ampliam a capacidade de crianças e jovens compreenderem o mundo em que vivem e atuam, numa escola organizada como um espaço aberto e vivo de culturas. CAVALCANTI (2008, p. 81)

Nesse sentido, encaixa-se aqui compreender a princípio a relação entre cidade e cidadania, para que posteriormente se discuta acerca da ligação da escola com cidade, no intuito de que se desenvolva a participação cidadã e possibilite propostas educativas na e da cidade (CAVALCANTI, 2019).

1.2 A Cidade como abordagem no Ensino de Geografia: cidadania participativa em foco

A definição de cidade está associada de forma intrínseca a presença humana e suas relações em um determinado espaço. A cidade se molda conforme as práticas sociais no decorrer do tempo, acompanhando assim, o processo de reestruturação e modernização de acordo com a sua perspectiva histórica. Carlos (1992, p.57) então afirma “a cidade é uma realização humana, uma criação que vai se construindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas”. Cavalcanti (2013, p. 77) define a cidade enquanto “[...] um espaço multicultural, é o lugar da copresença, da coexistência. Nessa compreensão de cidade, sua realidade e projetos, há de se fazer distinção entre os diversos grupos, seus desejos, anseios, rotinas, estilos e a desigualdade de participação social”

As cidades são marcadas por diversas controvérsias, cada qual com as suas singularidades e particularidades, entretanto, detém de espaços contraditórios e desiguais, características predominantes da globalização. Cabe entender a (s) cidade (s) como um espaço em que ocorre relações sociais pelos seus diversos sujeitos, demanda da compreensão acerca de sua apropriação pelo cidadão, já que um espaço

só é concebido, enquanto socialmente produzido, uma vez que ocorra apropriação do meio. Sendo assim, Silva (2014, p. 104) assegura que

Um dos aspectos educativos da cidade é a convivência com a diversidade. Não se deve pretender uma cultura homogênea, por mascarar as diferenças de identidades e provocar segregações. A cidade é para todos e nela deve caber o mundo com suas peculiaridades.

Bento (2011) compactua de tal pensamento, na medida em que se opõe ao processo homogeneizador imposto pela sociedade e conseqüentemente, difundido no meio escolar. Para ele se torna uma contradição não levar em conta a cidade como objeto de estudo geográfico/ensino, pois nesta há “pluralidade de sujeitos, de culturas, de instituições, estímulos, de sensibilidades”. As cidades atendem às diversas expectativas, sejam por características políticas, religiosas, socioeconômicas e ambientais. Sousa, Silva e Magalhães (2004, p.52) relatam que os sujeitos “promovem as diversas imagens que a cidade assume”, ou seja, além de terem suas diferenças, também são atores responsáveis pelo processo de construção do meio. Isso posto, logo associa-se a ligação entre os dois conceitos, de modo que a luta pelo direito à cidade seja reivindicada pelos habitantes.

Castellar (2010, p.52) ressalta as contribuições de se estudar a cidade, considerando esta como “ponto de partida” ao propiciar significados que não são distantes/estranhos da realidade e das experiências dos alunos. Nesse sentido, Cavalcanti (2008, p. 83) destaca que “A luta pelo direito à cidade, aos seus lugares, ao consumo mais autônomo e consciente de seus lugares e objetos, ao ambiente, é, assim, um exercício de cidadania.” Deste modo, o ensino de Geografia é essencial para a estimular o conhecimento dos alunos através dos saberes empíricos sobre lugar, bairro, cidade e outros espaços vividos, pois as inquietações, problematizações e análises a respeito da cidade, possibilitam participações ativas capazes de formar nos alunos uma cidadania proativa.

Na compreensão do conhecimento geográfico em suas diferentes escalas, a cidade passa a ser um ponto de partida para o conhecimento daquilo que o aluno convive diariamente, enfatizando no entendimento acerca das contradições e diferenciações nas paisagens urbanas. Para o exercício de uma cidadania participativa torna-se importante deter de uma “consciência espacial”, termo usado por Cavalcanti (2013), para associar o espaço geográfico à realização das práticas

sociais, uma vez que estas se materializam nos diversos âmbitos, sob a presença de jovens, adolescentes e os demais públicos.

Diante das arguições, a abordagem sobre “cidade” é um caminho possível para subsidiar a formação cidadã, sendo um objeto de estudo por estudiosos da educação escolar, considerado por Cavalcanti (2008) como “parte das tarefas de formação da cidadania”.

1.2 Cidadania: uma evolução na história das civilizações

No intuito de conhecer a trajetória da cidadania e seu percurso com passar dos anos, discute-se nesse tópico a cidadania presente nas diversas épocas, considerando os processos que compõem o tempo-espaço momentaneamente.

Schwarcz e Botelho (2012) dão ressalva a uma “ausência de definições de análises históricas” à essa temática. Todavia, a cidadania é um marco abordado desde Atenas clássica, na qual se tornou uma das principais *pólis* da Grécia Antiga, intitulada como o lar da democracia, caracterizado por um sistema político que surgiu no século VI a.C. No que tange “ser cidadão ateniense” não bastava apenas nascer em Atenas, teria que ser homem adulto e terem pais nascidos na Atenas Clássica, o que implica em uma espécie de “cidadania restrita”, em que tinha como excluídos da democracia: mulheres, escravos, estrangeiros e jovens.

Os cidadãos tinham o direito de participar das Assembleias e das ágoras, momentos estes imprescindível para se abordar e propor soluções para as problemáticas presentes na cidade. Salvador (2018, p. 42) destaca que para ser “um bom cidadão, o homem deveria ser comprometido em ocupar funções administrativas, também era preciso ser um cidadão guerreiro, podendo participar das guerras.”. A cidadania se torna um conceito múltiplo, constituído de diferentes abordagens de acordo com as civilizações.

Em Roma, por exemplo, Funari (2012, p. 49) conceitua a cidadania italiana enquanto “[...] uma abstração derivada da junção dos cidadãos e, para os romanos, cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito – e só pode haver esse coletivo se houver, antes, cidadãos”. Nota-se então o quão tais termos são intrínsecos, não havendo sequer separações, além de enaltecer o “cidadão” como centro do processo. Aqui a cidadania de “um bom cidadão romano” restringia-se a ser: proprietário de terra, agricultor e soldado.

Norberto Luiz Guarinello (2013, p.46) expõem um conceito amplo de cidadania, em que define

(...) cidadania implica sentimento comunitário, processos de inclusão de uma população, um conjunto de direitos civis, políticos e econômicos e, significa também, inevitavelmente, a exclusão do outro. Todo cidadão é membro de uma comunidade, como quer que está se organize, e esse pertencimento, que é fonte de obrigações, permite-lhe também reivindicar direitos, buscar alterar as relações no interior da comunidade, tentar redefinir seus princípios, sua identidade simbólica, redistribuir os bens comunitários. Há, certamente, na história, comunidades sem cidadania, mas só há cidadania efetiva no seio de uma comunidade concreta, que pode ser definida de diferentes maneiras, mas que é sempre um espaço privilegiado para a ação coletiva e para a construção de projetos para o futuro.

O entendimento de cidadão e sua cidadania instauram-se na modernidade, com a Revolução Francesa, Americana e Inglesa, inserida em pauta a concepção sobretudo do “direito dos homens” (SALVADOR, 2018). Perpetua-se ainda a ideia de “luta pelos direitos civis” associado ao termo cidadania, vinculando-se à um vocabulário político. Para além disso, Santos (1987) em sua obra “O espaço do cidadão” reimpressa em 2014, faz um relato de fatos que desencadearam a evolução da cidadania, na qual menciona a “condição de membro da sociedade nacional”, “direito de associação” e, por fim, a ideia dos “direitos sociais”, eventos ocorridos respectivamente nos séculos XVII, XIX e XX.

No contexto moderno a cidadania é marcada por conquistas no século XX, advindas a partir das lutas sindicais e movimentos operários, direitos esses que são ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria, ou seja, a garantia de acesso aos meios de vida e bem-estar social (VIEIRA, 2004). Em solo brasileiro, a luta pelos direitos sociais passou por momentos de aflição, conflitos e entraves políticos de um país/colônia de exploração. Silva (2019) considera o acesso à uma educação popular, imprescindível para o desenvolvimento da cidadania, ela afirma.

[...] onde as pessoas tinham conhecimentos dos seus direitos era mais fácil que elas se organizassem para lutar por eles, fazendo com a transformação partisse de uma iniciativa popular e não de uma vontade paternalista de um governo. (SILVA, 2019, p.11)

A autora ressalta o restabelecimento da democracia no país, que viabilizou a implantação de diversos instrumentos inerentes ao exercício da cidadania participativa na Constituição de 1988. Como frisa no Art. 6º São direitos sociais a educação, a

saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Na atualidade se tornou recorrente discussões a respeito da temática cidadã, termo esse associado pela grande maioria à direitos e deveres que devem ser cumpridos para vivermos em uma sociedade harmônica. Ainda na obra de Santos (1987) “O espaço do cidadão” abre-se a discussão para o “ser cidadão” no século XXI, para ele “Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário” (2014, p.25)

O autor então, relaciona uma série de acontecimentos em território brasileiro, responsáveis pelo desenvolvimento do “brasileiro não-cidadão”, como: desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentrada, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca ascensão social.

No senso comum, quando menciona-se a participação cidadã para seu país, logo infere-se a atuação por meio de votações em épocas eleitorais, implicando na normalização do “ser cidadão”. Assim, ressalta-se Leão (2018, p.27) quando menciona que “o cidadão-eleitor, que se restringe a este status, é cidadão que se condiciona e se sujeita a uma cidadania esporádica e, portanto, inexistente.” Assim sendo, se faz necessário pensar a cidadania enquanto algo a ser aprendido constantemente, propiciando que está se torne enraizada na cultura, substituindo o status de “cidadão consumidor” (SANTOS, 2014).

Pensar na cidadania na contemporaneidade consiste na reformulação nas amplas esferas educacionais, sendo assim necessário pensar na concepção associada e implementada nos currículos.

CAPÍTULO II- A GEOGRAFIA E AS BASES LEGAIS: ENSINO FUNDAMENTAL

A cidadania é importante para a sociedade, sendo necessária a sua implementação enquanto componente nos principais documentos norteadores do currículo de Geografia. Dessa maneira, esse capítulo busca explicar a inserção dessa temática tão relevante nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), seguidamente de discussões acerca da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

2 A cidadania inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal nos anos de 1997 e 1998, pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo principal de orientar os educadores acerca dos conteúdos a serem trabalhados na educação básica. Esses parâmetros abrangem a rede pública e privada de ensino, conforme o nível de escolaridade dos alunos. De acordo com o documento oficial dos Parâmetros Curriculares Nacionais:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem o primeiro nível de concretização curricular. São uma referência nacional para o ensino fundamental; estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação e do Desporto, tais como os projetos ligados à sua competência na formação inicial e continuada de professores, à análise e compra de livros e outros RBP AE - v. 33, n. 2, p. 323 - 336, mai./ago. 2017 325 materiais didáticos e à avaliação nacional. Têm como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos Estados e Municípios, dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores. (BRASIL, 1998, p. 29)

A inquietude se dá pela análise da cidadania presente não somente no âmbito escolar, mas sobretudo nos currículos educacionais, mais especificamente no ensino fundamental. De que maneira ele contribui para um possível avanço para a temática cidadã? Segundo os PCN's (1998) pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. Embora não sejam obrigatórios, os PCN's servem como norteadores para professores, coordenadores e diretores, que podem adaptá-los às peculiaridades regionais. Em documento oficial, o ensino de Geografia é proposto de maneira que tenha um

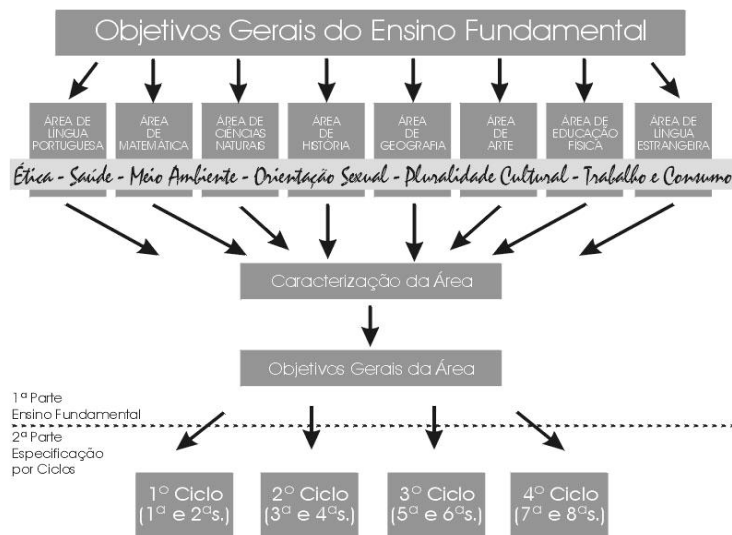
tratamento específico como área, uma vez que oferece instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social.

A Geografia é considerada de “grande relevância dentro do contexto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em sua meta de buscar um ensino para a conquista da cidadania brasileira.” (BRASIL, 1998 p. 26). No que se refere ao ensino fundamental os Parâmetros Curriculares indicam como possíveis metas a serem construídas no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, destacando dois objetivos que dão ênfase para a cidadania:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;

Os temas transversais se fazem presentes no PCN no intuito de aprender sobre a realidade social, preocupando-se também em interferir no espaço vivido, este transita por diversas áreas, não sendo considerado uma “disciplina autônoma”. Estes expressam conceitos e valores básicos para o exercício da cidadania, obedecendo as questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea. Na imagem abaixo, identifica-se os temas transversais e a estrutura organizacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Figura 2- Esquemática do Ensino Fundamental dos PCNs



Fonte: BRASIL (1998)

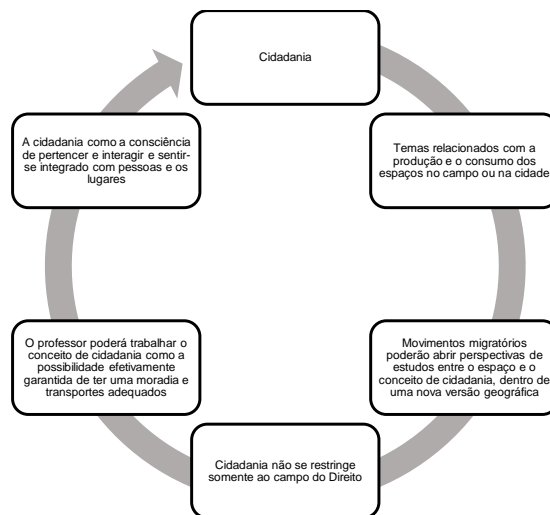
Ao longo do PCN é possível identificar o termo “cidadania” presente nas turmas de ensino fundamental, sobretudo nas 5ª e 6ª séries (3º ciclo como é estruturado pelo parâmetro). Espera-se com o fim do processo formativo do 3º ciclo, que os conhecimentos providos de uma Geografia escolar façam parte do processo de construção da cidadania, pois os homens constroem, se apropriam e interagem com o espaço geográfico de maneira heterogênea (Brasil, 1998).

Cabe destacar, os eixos temáticos que compõem esse terceiro ciclo, são eles: eixo 1: a geografia como uma possibilidade de leitura e compreensão do mundo; 2: o estudo da natureza e sua importância para o homem; 3: o campo e a cidade como formações socioespaciais e por fim eixo 4: a cartografia como instrumento na aproximação dos lugares e do mundo. Dentre tais eixos, se faz uma ressalva no 1º,

na medida em que menciona e propõem como item “a conquista do lugar como conquista da cidadania”.

Identifica-se, então, como o conceito de cidadania é trabalhado restritamente nas séries iniciais do ensino fundamental (3º ciclo), associando o “lugar” enquanto categoria analítica, no transcorrer do texto a cidadania é concatenada à ideia de pertencimento, direitos sociais adquiridos/reivindicados como acesso a moradia e transporte adequado. Isto exposto em Brasil (1998).

Figura 3- O termo “cidadania” ao longo do 3º ciclo dos PCNs



Fonte: BRASIL, (1998); adaptado

2.1 A cidadania na Base Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. A BNCC começou a ser elaborada em 2015, a partir de uma análise aprofundada dos documentos curriculares brasileiros realizada por 116 especialistas indicados por secretarias municipais e estaduais de educação e por universidades, sendo homologada somente no ano de 2018.

Ao contrário dos PCN's, a BNCC é obrigatória, diferente dos PCN's ficando a critério das escolas e (ou) professores. Os educandos podem utilizar os Parâmetros como complemento auxiliando no documento obrigatório, como suporte metodológico para se trabalhar conteúdos em sala de aula. Em comparação aos PCN's, o atual documento é considerado mais objetivo, dividido 10 competências gerais para nortear as áreas de conhecimento e seus componentes curriculares. Segundo o documento, o desenvolvimento dessas competências é essencial para assegurar os direitos de aprendizagem de todos os estudantes da Educação Básica. (BRASIL, 2018).

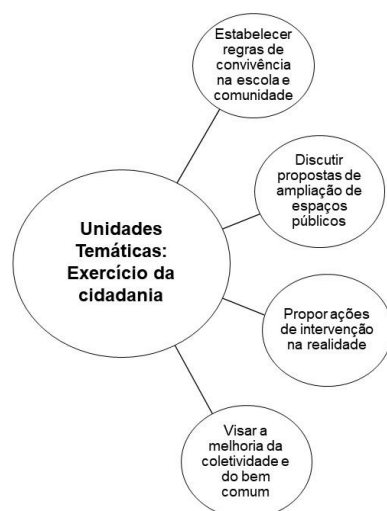
A Geografia na BNCC foi dividida em cinco unidades temáticas: 1) o sujeito e o seu lugar no mundo; 2) conexões e escalas; 3) mundo do trabalho; 4) formas de representação e pensamento espacial e; 5) natureza, ambiente e qualidade de vida. Salieta-se, que em todas as unidades apresentadas há um destaque especial para os aspectos relacionados ao exercício da cidadania e para a aplicação dos conhecimentos. Assim como nos PCN's, a Base também se apropria do conceito de lugar, interligando-o para uma formação cidadã, ressaltando os lugares de vivência dos alunos, com o intuito de desenvolver noções de pertencimento, localização, orientação e organização das experiências vivenciadas (BRASIL, 2018). Nesse sentido, Mustafé (2019, p. 95) afirma que:

Há possibilidades, na Geografia apresentada na BNCC para o Ensino Fundamental, de trabalhar-se os diferentes temas e conteúdos geográficos a partir do conceito de lugar, numa perspectiva que leve em conta a complexidade das dinâmicas sociais da atualidade voltada para o exercício da cidadania. (MUSTAFÉ, 2019, p.95)

É fundamental que a Geografia escolar propicie na educação básica a capacidade do desenvolvimento/pensamento espacial, instigando aos alunos o crescimento em relação ao raciocínio geográfico, sendo estes capaz de interpretar o meio socioespacial.

Na temática "O sujeito e seu lugar no mundo", afirma-se segundo o documento a concepção de "uma categoria mais ampla de sujeito social: a de cidadão ativo, democrático e solidário. Enfim, cidadãos produtos de sociedades localizadas em determinado tempo e espaço, mas também produtores dessas mesmas sociedades, com sua cultura e suas normas" (BRASIL, 2018, p. 362)

Figura 4- A cidadania nas unidades temáticas da BNCC



Fonte: BRASIL, (2018); adaptado

Entre as competências específicas da Geografia alinhada na BNCC destaca-se a utilização dos conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas. As situações, problemáticas cotidianas aparecem enquanto aspectos relacionados ao exercício da cidadania e à aplicação de conhecimentos da Geografia diante de situações e problemas da vida cotidiana.

Por isso, a importância do projeto “nós propomos” para a implantação das questões cidadã presente nas Bases Legais da Geografia, pois por meio de sua realização pode-se trabalhar no ensino, diversas metodologias como “intervenção na realidade”, mencionada no documento oficial.

CAPÍTULO III- O projeto Nós Propomos como possibilidade para a Educação Cidadã

3 Origem e Expansão do Projeto Nós Propomos

Em 2011 o professor Sérgio Claudino, no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território / IGOT da Universidade de Lisboa (Portugal) observou que na rede básica de educação havia a ausência de se trabalhar as questões locais em sala de aula, tendo a ideia de elaborar um projeto de ensino, extensão e pesquisa acadêmica intitulado "Nós propomos: metodologia ativa na educação geográfica". O objetivo do projeto é analisar e promover a cidadania territorial, colocando os jovens como protagonistas, mobilizando-os a identificarem os principais problemas vivenciados no cotidiano, em seu bairro, vizinhança ou comunidade, apresentando propostas de intervenção/resolução das respectivas problemáticas.

O projeto passa a ser um alicerce que interliga trabalhos de maneira conjunta às universidades, com o apoio dos discentes que participam e que procuram incorporar nas aulas os discursos cuja temática envolva a cidadania, promovendo assim experiências e a formação cidadã participativa. O Art. 43, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96 estabelece uma das finalidades de atuação da educação superior, quando relaciona a

"universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares."

O acesso ao Ensino Superior no Brasil se tornou mais viável a partir de programas de inclusão na educação, como Universidade para Todos (PROUNI - Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005) e a Lei de Cotas (12.711, de 29 de agosto de 2012). Isso implica em um crescimento na quantidade de alunos presentes na educação superior, revelando que de 2002 a 2018, o número elevou-se de 3,5 para 8,4 milhões, segundo dados levantados pelo Ministério da Educação (2018). Para Carvalho (2000):

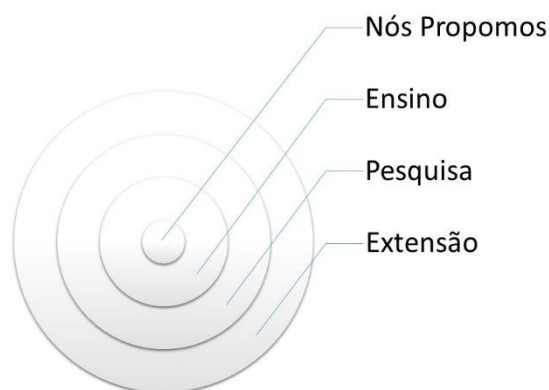
A demanda social de educação amplia-se rapidamente e o sistema escolar se vê pressionado a expandir-se, à medida que um contingente cada vez maior de pessoas dos estratos médios e mesmo das camadas populares buscavam a escola a fim de ampliarem suas possibilidades de ascensão social (CARVALHO, 2000, p.02)

Através de ações sociais como essa, permitiu-se que as universidades se tornassem um lugar de amplas discussões, com a presença de uma diversidade de pessoas. Segundo Lima e Pimenta (2006, p.37) “A educação é um fenômeno complexo, porque é histórico”, logo as instituições universitárias procuram-se adequar ao contexto atual da globalização, sendo necessário pensar na formação dos discentes a fim de atender a demanda no mercado de trabalho.

Assim sendo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96 responsável por definir e regulamentar o sistema educacional brasileiro, destaca por meio do Art. 43 em uma das definições de “promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação”.

Desse modo, ressalta-se a importância da articulação de maneira equivalente entre três eixos que fazem parte do processo formativo no âmbito acadêmico: o Ensino, a Pesquisa e Extensão. A constituição da República Federativa do Brasil de 1988 adverte através do Art. 207 que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) se alicerça nessa tríade para oferecer um ensino de qualidade, visando atender o perfil do público que compõem a instituição.

Figura 5- O projeto como tríade na educação

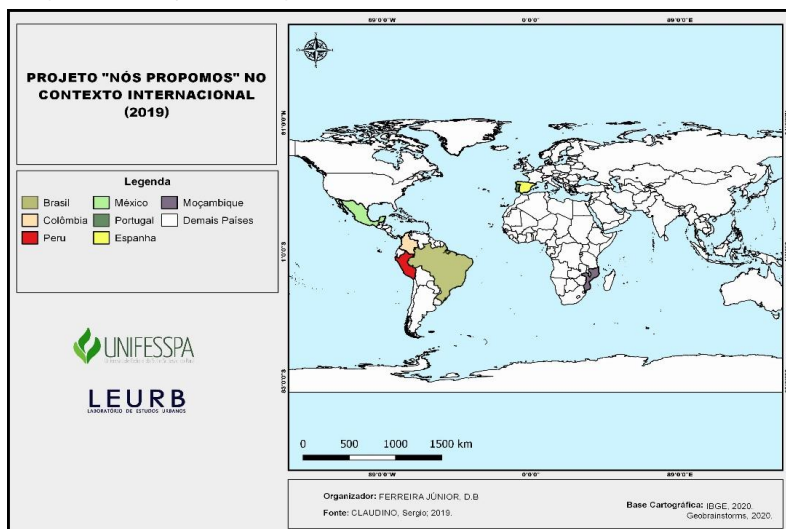


Fonte: Autoria Própria, 2020

Alguns eixos são norteadores para efetivar-se a cidadania por meio do projeto, como: promover uma ativa cidadania territorial junto à comunidade escolar; aproximar o poder local das comunidades por meio da participação dos jovens e das suas escolas; contribuir para o desenvolvimento sustentável das localidades e dos municípios onde se desenvolve; valorizar o estudo de caso como trabalho experimental sobre problemas locais; promover abordagens metodológicas inovadoras no âmbito do ensino de Geografia; incentivar a atividade de investigação em Geografia; mobilizar alunos e professores para a utilização de tecnologias de informação em estudos de âmbito prático, e fomentar redes de cooperação entre atores locais como universidades, escolas, autarquias, associações locais e empresas (CLAUDINO, 2018).

O sucesso do projeto foi satisfatório, tendo a sua expansão em diversos países, como o Brasil, Espanha, Moçambique, Peru, Colômbia e México, havendo a expectativa e possibilidades de se inserir em outros países e em suas respectivas instituições. Em solo brasileiro o “Nós Propomos” foi adaptado e realizado em parceria com mais de 20 instituições acadêmicas, na qual se tornou um objeto de pesquisa por diversos professores. No mapa a seguir, é possível acompanhar a dimensão que o projeto possui a nível internacional no âmbito educacional.

Figura 6- Expansão do Projeto Nós Propomos no contexto internacional



Fonte: Autoria própria, 2020

É neste cenário que o projeto foi apresentado e readaptado no ano de 2018 pelo professor Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza, coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos (LEURB) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) no município de Marabá, estado do Pará, em parceria com o professor Evandro Frois, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dezuita Melo de Albuquerque. Adiante, será apresentado as etapas e experiências vivenciadas durante 2019, na realização do projeto nós propomos.

3.1 Formação da Escola Dezuita Melo de Albuquerque e sua relação com a comunidade externa

A escola é o *lócus* que se passa todas discussões que tange o processo de ensino-aprendizagem, é também o espaço de construção do conhecimento, seja ele de aspecto científico, social ou/e cultural, devido a diversidade de jovens e adolescentes que se fazem presentes nesse espaço, de maneira que Delval (2006) considera o ambiente escolar enquanto um dos espaços de “socialização” presentes na sociedade. Segundo Cavalcanti (2013, p.9) “a educação escolar, mediante o ensino e a aprendizagem, ao lado de outras práticas educativas, destaca-se como instância específica na promoção de ações destinadas a assegurar a formação de cidadãos.”

Dessa maneira, a comunidade escolar tem o papel de elaborar por meio de projetos a cidadania ativa, que possibilite no caso da Geografia a apreensão espacial do espaço vivido, ressaltando a inserção do aluno enquanto ser atuante. Cavalcanti (2012, p.381) define a Geografia enquanto “uma leitura da realidade e uma prática social”, compreendendo então que tais práticas sejam discutidas desde o processo inicial de formação escolar, pois o que sempre se associa é a ideia de que a cidadania somente será exercida pós o contexto escolar, não incluindo os sujeitos que compõem as escolas.

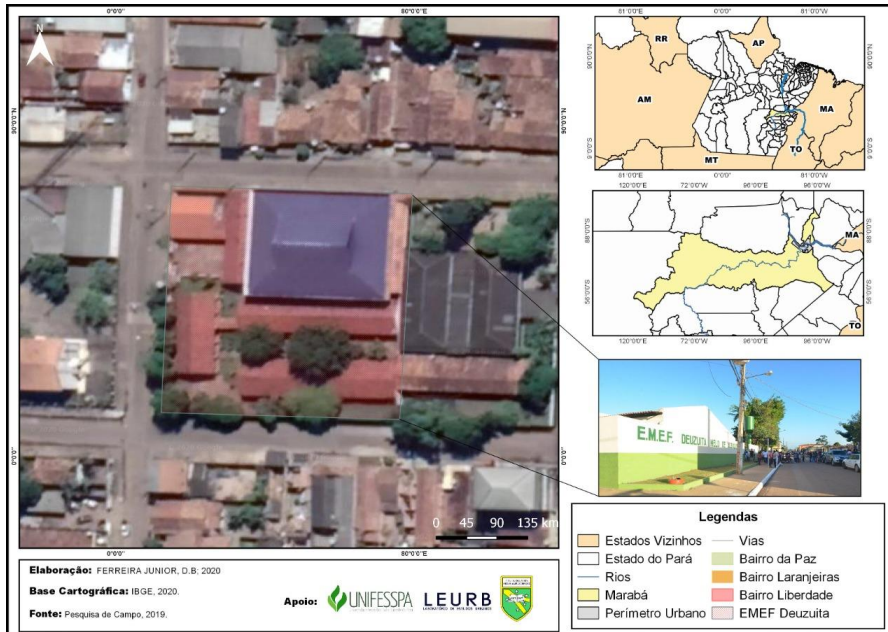
A escola Profª Dezuita Melo de Albuquerque tornou-se parceira de duas instituições públicas de nível superior presente na cidade de Marabá: a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e da Universidade Estadual do Pará (Uepa) desenvolvendo projetos de ensino, pesquisa e extensão acadêmica. A escola fundada em 05 de abril de 1984 possui 36 anos, sendo sua criação fruto de reivindicações dos populares, sua história é marcada por várias etapas de lutas e

conquistas. De início a escola chamava-se Escola Estadual de 1º Grau Elinda Costa, sendo uma extensão da então Escola Estadual de 1º Grau Nazaré Barbosa. A princípio, a escola suportava a demanda para 4 turmas: uma 5ª série, duas 6ª séries, e uma 7ª série.

Em 1986 com a promessa de que a escola seria ampliada, foram formadas 10 turmas e contratados mais funcionários para a escola. No entanto, não sendo possível a ampliação, as turmas excedentes tiveram que funcionar de maneira improvisada em um barracão. Somente a partir de 15 de junho de 1987 é que foi entregue a construção do então espaço físico, prestigiado com grande felicidade pela comunidade. Após a inauguração do prédio no mesmo ano, se fez necessário diferenciar as escolas, tendo o novo estabelecimento nomeado “Escola Estadual de 1º Grau Deuzuita Melo de Albuquerque.

A partir dos anos 2000 com a política de municipalização do ensino fundamental a escola passa para a responsabilidade do município, intitulando-se Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Deuzuita Melo de Albuquerque. Atualmente a escola é composta por 10 salas de aulas, um laboratório de informática, uma sala de leitura/sala de vídeo, um ginásio poliesportivo, além de um pátio e refeitório. A escola Deuzuita recebe destaque pelo atendimento a comunidade, tornando-se uma importante escola polo, recebendo atualmente cerca de 640 alunos oriundos do próprio bairro Laranjeiras (localidade da escola), e bairros vizinhos como Liberdade e Bairro da Paz.

Figura 7- Mapa de localização da EMEF Deuzuita Melo de Albuquerque na cidade de Marabá-PA



Fonte: Autoria própria, 2020

Nas diretrizes gerais da escola, é evidente a preocupação em desenvolver um trabalho pedagógico que venha a contribuir com o cumprimento da função social da escola, pautada em “formar cidadãos críticos, pensantes, sujeito histórico, construtor da sua própria história, visto que, a escola é uma instituição que existe em um contexto histórico de uma determinada sociedade”. Dessa maneira a escola possui projetos anuais, que segundo a pedagoga/coordenadora Maria Madalena possibilitam “ir para prática naquilo que se observa na teoria”, elencando projetos internos como: Olimpíada interna da escola, grupo de dança, gincanas e o jornal bimestral.

Cabe ressaltar ainda a “Feira do Conhecimento” que possibilita a conexão com o público externo, convidando escolas, familiares e residentes do entorno, a fim de prestigiar apresentações e troca de experiências desenvolvidas pelos alunos da escola. Através da feira, a EMEF Deuzuita abraça a comunidade, o que se associa com a importância do projeto “Nós Propomos”, uma vez que viabiliza a interação entre alunos e vizinhança. A importância de projetos correlacionada universidade e

ambiente escolar também se tornam evidente, o professor de Geografia Evandro Frois que participou como colaborador do projeto frisa que o projeto foi:

“Um fio de esperança, trazendo o mundo acadêmico para a realidade do dia a dia, em que você consegue observar o que muitas vezes a teoria não demonstra. Ao mesmo passo que promove uma relação do aluno como sujeito protagonista na construção e formação do conhecimento” (Professor Evandro Frois).

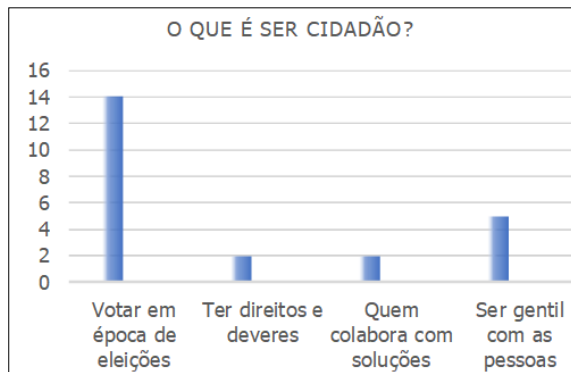
3.2 Caminhadas do Projeto e da Pesquisa

A realização do “Nós Propomos” iniciou-se no entre os meses de junho a novembro de 2019, com encontros de duas a três vezes aos meses que ocorreram o projeto. Para a sua execução se fez necessário o planejamento das atividades a serem desenvolvidas com os alunos da EMEF Deuzuita, mais especificamente com alunos da turma de 9º ano D, totalizando a participação de 23 adolescentes.

A princípio, no primeiro encontro foi apresentado o projeto e suas devidas diretrizes, além da aplicação de um questionário, o qual tinha entre um dos objetivos, compreender o conceito de cidadania na percepção dos sujeitos da pesquisa. A utilização dos questionários junto a população, torna-se importante a nível de se obter informações do seu determinado público, sendo considerada uma pesquisa social. Essa é uma das técnicas de coleta de dados cruciais para o desenvolvimento de trabalhos, recurso manuseado de maneira interdisciplinar, sendo segundo Coelho, Souza e Albuquerque (2020, p.09) “ferramenta central na condução de uma pesquisa”.

O objetivo nessa primeira etapa foi conhecer o perfil dos alunos na turma em que projeto se desenvolveu. Uma das inquietações a princípio, era a respeito da concepção “de ser cidadão”, respondida e discutida posteriormente em sala de aula. Obteve-se através dos questionários as seguintes respostas: 1ª se faz presente a ideia de que a cidadania é exercida sobretudo através do voto, o que inviabiliza a participação dos próprios adolescentes enquanto cidadãos; 2ª a ideia de exercer direitos e deveres de maneira simplória; 3ª aquele que colabora no meio que habita através de soluções de problemáticas; e por fim a 4ª ser gentil com as pessoas, vivendo de maneira harmônica.

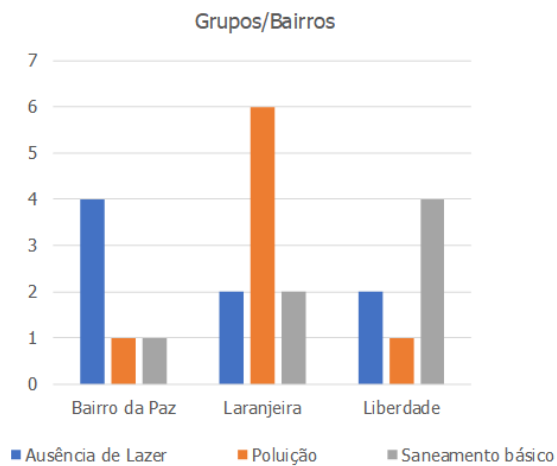
Figura 8- Gráfico da concepção de cidadania segundo os alunos



Fonte: Autoria Própria, 2020

Em seguida, como parte do projeto se iniciou a etapa de reconhecimento e formação dos grupos de acordo com os bairros de vivência dos alunos e suas devidas problemáticas urbanas. Como resultado os dados evidenciaram três grupos/bairros: Bairro da Paz, Laranjeira e Liberdade, estes com problemáticas específicas, como: ausência de lazer, poluição e saneamento básico, de maneira respectiva.

Figura 9- Problemáticas escolhidas pelos alunos obtidos através da aplicação dos questionários universais do Projeto “Nós Propomos”



Fonte: Autoria Própria, 2020

Após as divisões em grupos, e escolha das temáticas a serem discutidas, entra o papel do professor em explorar o conhecimento do aluno, instigando-os a busca pela pesquisa. O docente procura metodologias a serem trabalhadas dentro das problemáticas e objetivos propostos pelo projeto, despertando saberes geográficos. Nesse momento, o aluno incorpora o papel de pesquisador/cientista, passando a compreender a realidade dos colegas de bairro de maneira coletiva. Mediante a isso, Santos (2017, p.102) destaca a ação do professor:

[...] ao desenvolver o conteúdo geográfico, deve ter um esforço para oferecer aos alunos materiais que subsidiem e enriqueçam o processo de construção do conhecimento sobre os temas tratados, sempre dando oportunidades a eles de participar ativamente das aulas com seus conhecimentos cotidianos [...] (SANTOS, 2017, p.102)

Posto isto, trabalhou-se a inserção da tecnologia em sala de aula em dois momentos: usando em primeiro o filme enquanto um dos recursos audiovisuais, e em seguida o recurso visual através das imagens de satélite. O filme é uma ferramenta muito explorada na atualidade, pois se insere enquanto um aparato pedagógico, responsável por despertar o interesse dos alunos e auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Para Chiapetti e Freitas (2019, p.11) “A participação do professor é fundamental nesse processo de utilizar novas tecnologias, porque além de ter essa função de mediar a construção da aprendizagem, ele tem o “poder” de criar possibilidades”.

Dessa forma, foi analisado pelos alunos o filme “O menino que descobriu o vento”, propondo a eles que escrevessem de forma coletiva em seus grupos, a interligação do filme com o contexto do projeto “Nós Propomos”. Na história baseada em fatos reais, há o relato da vida de um esforçado jovem do Malawi (país na África Oriental) que procura diariamente aprender coisas novas, mesmo com as desigualdades de oportunidades na educação.

Figura 10- Filme utilizado como instrumento pedagógico acerca da compreensão da temática cidadã individual e coletiva

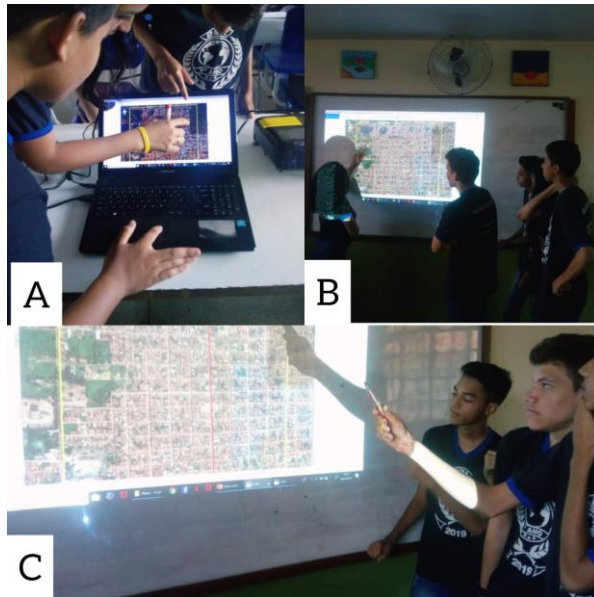


Fonte: Google Imagens, 2020

William Kamkwamba é criativo na busca de resoluções dos problemas, cansando de sofrer, ver seus amigos e parentes com dilemas a respeito da escassez de água do vilarejo, ele resolve construir uma turbina que funciona com o vento. Os alunos dissertaram nas redações o papel de William enquanto cidadão, visto o seu empenho em resolver uma questão tão pertinente junto à sua comunidade. Todos os grupos compartilharam o ponto de vista discutido entre eles, sendo sempre atividades coletivas, em prol do incentivo a socialização entre os colegas de turma.

A quarta etapa do projeto foi de planejamento acerca do campo a ser realizado nos bairros, Laranjeiras, Liberdade e Bairro da Paz, lugares de vivência dos alunos. Para isso, foi necessário o uso de imagens de satélites de cada comunidade, projetadas em um quadro branco na intenção dos adolescentes identificarem a localização dos problemas urbanos e assim traçassem o trajeto a ser percorrido. Claudino (2018, p.266) define essa metodologia como “um conjunto das atividades de aprendizagem que envolvem a recolha direta de informação, nos lugares e com as pessoas, depois complementadas pela análise, reflexão e comunicação dos resultados obtidos”.

Figura 11- Identificação e Planejamento para possível trajeto de campo através de imagens de satélites



Fonte: Autoria própria, 2020

Em seguida, foi montado um cronograma para saída a campo, nos dias 11 a 13 de novembro no período matutino, tendo como ponto de encontro a escola Deuzuita, além da exigência dos alunos uniformizados. Cabe ressaltar a elaboração de questionários abordando as temáticas: falta de espaços de lazer no Bairro da Paz, poluição no bairro Laranjeira e saneamento básico no bairro Liberdade. Os inquiridos tiveram o objetivo de entrevistar a população, na finalidade de saber o quão relevante e incômodo era o problema urbano. Posteriormente, os alunos foram a campo sob a supervisão do docente de Geografia, aplicando um total de 35 questionários nos bairros anteriormente citados.

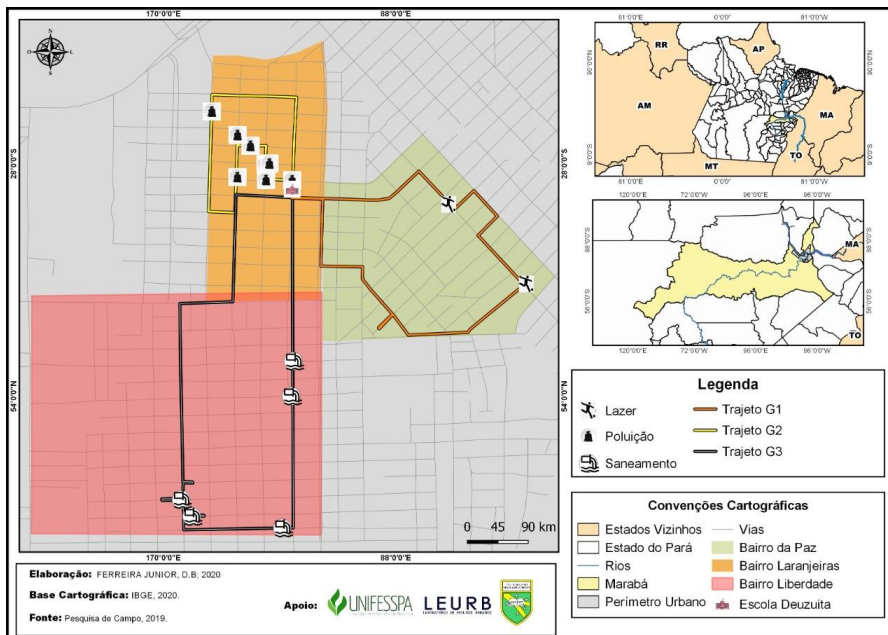
Figura 12- Aplicação de questionários com os moradores dos Bairros da Paz, Laranjeiras e Liberdade



Fonte: Aatoria Própria, 2020

O percurso a campo foi gravado pelo aplicativo de smartphone “Minha rota” que permite assim como um GPS indicar as coordenadas, georreferencia e possibilita na espacialização dos fenômenos pesquisados. Após os dados gravados foram elaboradas carta-imagens dos bairros, auxiliando na apresentação dos resultados obtidos pós campo. O trajeto digital foi exportado para o programa Qgis, versão 2.18, manuseado pelo discente de Geografia da Unifesspa. No mapa abaixo (Figura 7) é possível identificar o caminho percorrido durante essa etapa de pesquisa, além dos pontos pictóricos elucidando os locais com as devidas problemáticas.

Figura 13- Mapa de localização do trajeto e das problemáticas urbanas do Bairro da Paz, Bairro Laranjeiras e Bairro Liberdade do município de Marabá-PA



Fonte: Autoria Própria, 2020

Após o diálogo e coleta de dados junto a população, os alunos então desenvolveram possíveis soluções para as problemáticas. Os alunos/moradores do bairro da Paz, reclamavam a respeito da “ausência dos espaços de lazer para o público” dando opções como construção de clubes e quadras para atender a demanda, além de apontarem espaços vazios sem função social. Os moradores do bairro apoiam a construção de espaços para as crianças, jovens e adolescentes, pois como dito em fala “o lazer faz parte das necessidades sociais dos indivíduos”. Em uma cidade o lazer pode ser realizado em diversos locais, locais esses que muitas vezes são construídos exclusivamente para o lazer dos moradores e que são considerados espaços públicos, ou seja, espaços de uso comum ou de posse coletiva, pertencentes ao poder público. Foi possível fazer registros fotográficos ao longo do percurso, no intuito de mostrar posteriormente em apresentações.

Figura 14- Identificação de possíveis lugares para lazer no Bairro da Paz



Fonte: Autoria própria, 2020

Os residentes do bairro Laranjeiras, apontaram como aspecto prejudicial a coleta/descarte incorreto de lixo, propondo a construção de lixeiras pelo bairro, além de palestras para sensibilizar e conscientizar a população. Entre os impactos pontados devido ao lixo urbano, os alunos identificaram efeitos decorrentes da prática de disposição inadequada de resíduos sólidos em fundos de vale, às margens de ruas ou cursos d'água.

Essas práticas habituais podem provocar, entre outras coisas, contaminação de corpos d'água, assoreamento, enchentes, proliferação de vetores transmissores de doenças, tais como cães, gatos, ratos, baratas, moscas, vermes, entre outros. Some-se a isso a poluição visual, mau cheiro e contaminação do ambiente. Foi possível identificar tais problemáticas durante o campo, sendo fotografadas pelos alunos.

Figura 15– Apontamento das problemáticas, como a presença de lixo doméstico nas proximidades das avenidas urbanas do Bairro Laranjeiras



Fonte: Autoria própria, 2020

A situação urbana tornou-se cada vez mais caótica referente ao acesso aos serviços de saneamento básico de qualidade, especialmente o esgotamento sanitário, bem como os expressivos impactos socioambientais oriundos dessa situação, o que acarreta um cenário de decréscimo na qualidade de vida das populações humanas. Dessa forma, os alunos que moram no bairro Liberdade relataram sobre o saneamento básico ausente na área, carretando em possíveis contaminações ao entrar em contato com a vizinhança, assim a reclamação fica por conta da sensibilização de órgãos públicos para solucionar tal mazela, atendendo os anseios dos moradores do bairro.

Figura 16 – Esgoto à céu aberto próximo das residências no Bairro Liberdade



Fonte: Autoria Própria, 2020

O projeto teve como culminância a apresentação dos dados e etapas à população externa, pais e alunos de outras instituições compareceram na 6ª edição da Feira do Conhecimento. Esse evento ocorre anualmente, atraindo aproximadamente 2 mil pessoas pela feira, sempre ocorrendo entre os meses de outubro e novembro, segundo informações dadas pela diretora Natércia Monteiro de Sousa. Os assuntos, organizações dos materiais para apoio das apresentações são de inteira criatividade e responsabilidade dos alunos de cada série.

Os alunos que desenvolveram o projeto “Nós Propomos” tabularam os dados dos questionários, organizando gráficos em banners como suporte para as apresentações, além da utilização de maquetes e carta-imagens desenvolvidas no LEURB da Unifesspa.

Figura 17– Exposição das atividades desenvolvidas durante o Projeto “Nós Propomos” pelos alunos da turma 9º ano D da EMEF Deuzuita Melo de Albuquerque na VI edição da Feira do Conhecimento



Fonte: Autoria Própria, 2020

Quem visitou a feira do conhecimento e acompanhou as exposições dos adolescentes demonstrou interesse pelas apresentações, já que vivenciam diariamente as problemáticas urbanas. A vivência cotidiana muitas vezes mascara circunstâncias visíveis, mas não perceptíveis, tais situações se tornam “normalizadas” Mesmo contemplando casos de agressões ao ambiente, os hábitos cotidianos concorrem para que o morador urbano não reflita sobre as consequências de tais hábitos, mesmo quando possui informações a esse respeito.

4 CONCLUSÃO

Ao final, foi possível perceber o quão gratificante foi a realização do projeto “Nós Propomos”, considerado uma ampla possibilidade de construção acerca do conhecimento e desenvolvimento geográfico. A consolidação do sentido de cidadania se faz presente em todas as etapas do projeto. A sua realização possibilitou o conhecimento e a efetiva “cidadania territorial”, ideia presente no projeto, além da superação de uma educação geográfica moldada nas perspectivas tradicionais.

Através de projetos de ensino, pesquisa e extensão, pode-se fundir a teoria e prática para a compreensão e experiência de um ensino mais prazeroso, de maneira didática, quando se trabalha a realidade a que os alunos se fazem presente. Deve-se fazer presente a concepção de “aluno/professor – pesquisador” com o intuito de desenvolver uma visão crítica e entender como a cidade é composta e de que forma os próprios alunos são agentes e não sujeitos do espaço de vivência.

É importante ressaltar ainda que o projeto fez o uso de diversas metodologias para se obter e instigar os alunos, como por exemplo o uso de imagens de satélites que nos permitiu analisar o quão esses jovens conhecem o bairro em que vivem e sabem das ausências de investimentos públicos. A escola passa a ser uma “gestora urbana de cidadãos” quando alia conhecimento científico com o saber geográfico dos docentes, tendo a EMEF Deuzuita como parceira com a universidade e sociedade como um todo.

O projeto compreende a uma diversidade de temáticas que podem ser trabalhadas no ensino de Geografia e (ou) de maneira interdisciplinar, relacionando diretamente a questões ligadas à cidade. Portanto, compreende-se que a cidadania participativa desenvolvida no ambiente escolar, propicia a interação dos adolescentes, aguçando o interesse por questões tão evidentes, mas que passam despercebidas pela normalização que é imposta. As etapas percorridas para a realização do projeto foram alcançadas conforme os objetivos propostos, sendo então esperado que tal trabalho sirva como base de reflexões e implementações em outras escolas do município, possibilitando a interação entre escola, comunidade e universidade.

REFERÊNCIAS

BENTO, Izabella Peracini. Estudar a cidade e seus sujeitos para aprender Geografia. **A cidade e seus sujeitos. Goiânia: Editora Vieira**, p. 71-88, 2011.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Ed.). **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**. Editora Companhia das Letras, 2013.

BRAGA, Roberto; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Cidade: espaço da cidadania. **Pedagogia cidadã: cadernos de formação: ensino de Geografia. São Paulo: UNESP-PROPP**, p. 105-120, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCC-APRESENTACAO.pdf> >. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: geografia/** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/ SEF, 1998. 156 p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. 3ª.ed. São Paulo: Papirus, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. **Anais do I seminário nacional: currículo em movimento–Perspectivas Atuais. Belo Horizonte**, p. 1-13, 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Ensinar Geografia para a autonomia do pensamento: o desafio de superar dualismos pelo pensamento teórico crítico. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 01, p. 193-203, 2011.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A cidadania, o direito à cidade e a geografia escolar: elementos de geografia para o estudo do espaço urbano. **In: A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. 3ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 18ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia escolar e a construção de conceitos no ensino**. **In: Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 18ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Os conteúdos geográficos no cotidiano da escola e a meta de formação de conceitos. **Formação, pesquisa e práticas docentes: reformas curriculares em questão. João Pessoa: Editora Mídia**, p. 367-394, 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia Escolar e a busca de abordagens teórico/práticas para realizar sua relevância social. **Desafios da didática de Geografia**. Goiânia: Ed. da Puc de Goiás, p. 45-65, 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Pensar pela Geografia: ensino e relevância social. **Goiânia: C&A Alfa Comunicação**, 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Jovens escolares e a cidade: concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 35, p. 74-86, 2013.

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira; DE FREITAS, Glauber Magalhães. Os filmes como instrumento didático-pedagógico para o ensino de geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 23, p. 43, 2019.

CLAUDINO, Sergio. Construir uma escola cidadã por meio do Projeto Nós Propomos!: um desafio no espaço Iberoamericano. **Sobre Tudo**, v. 10, n. 2, p. 35, 2019.

COPETTI CALLAI, Helena; MARIA DE MORAES, Maristela. EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA, CIDADANIA E CIDADE. **Acta Geográfica**, 2017.

DA SILVA, Alexandre Ribeiro; MAGALHÃES, Sandra Maria Fontenele. A cidade ea cidadania no ensino de geografia. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 6, n. 1, p. 1, 2004.

DA SILVA, Eunice Isaias. Ensino de cidade: lugar e cidadania. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 12, n. 2, p. 101-114, 2014.

DE KÁSSIA CÂNDIDO, Rita; GENTILINI, João Augusto. Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 33, n. 2, p. 323-336, 2017.

DELVAL, Juan. **Manifesto por uma escola cidadã**. Papyrus Editora, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. Pg.57-76. 1996

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. **História da cidadania**, v. 2, p. 49-79, 2003.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: **PINSKY, Jaime, Carla Bressanezi Pinsky, (orgs.). História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 29-48.

LEITE, Cristina Maria Costa. Educação no contexto contemporâneo: as possibilidades do lugar. V **Colóquio Internacional: educação e contemporaneidade**. São Cristóvão/SE, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. Sistema de ensino, escola, sala de aula: onde se produz a qualidade das aprendizagens. **Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez**, v. 7, 2006.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência: diferentes concepções. **Póiesis Pedagógica**, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006.

LODI, Lucia Helena; ARAÚJO, Ulisses F. Ética, Cidadania e Educação: Escola, democracia e cidadania. **Secretaria de Educação Básica. Ética e Cidadania: Construindo valores na Escola e na Sociedade. Brasília: MEC**, p. 69-76, 2007.

PEREIRA, Diamantino. Geografia Escolar: conteúdos e/ou objetivos?. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 27, p. 139-152, 2005.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Delgado de Carvalho e a orientação moderna no ensino da geografia escolar brasileira. **Terra Brasilis (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 1, 2000.

SALVADOR, Natália Karoline Cândido. **A concepção dos licenciandos em geografia da UFPE sobre a formação cidadã na educação básica**/ Natália Karoline Cândido Salvador. --- Recife: O autor, 2018.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão.-2. reimpr. **São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo**, 2014.


SILVA, Carolina Thadeu Mello da. **A construção da cidadania no Brasil: histórico, desafios e caminhos** / Carolina Thadeu Mello da Silva ; Heron Abdon de Souza, orientador. Macaé, 2019. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito)- Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade, Macaé, 2019.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Educação geográfica: formação e didática. MORAIS, Eliana Marta Barbosa; MORAES, Loçandra Borges. **Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia. Goiânia: Nepeg**, 2010.

VESENTINI, Jose William. **Para uma geografia crítica na escola**. VESENTINI, JW, 1992.

APÊNDICE

**APÊNDICE A – Questionário respondido pelo docente de Geografia da EMEF
Deuzuita**


UNIFESSPA
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
FACULDADE DE GEOGRAFIA

Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura em Geografia: A Cidadania No Ensino De Geografia: Experiência Do Projeto "Nós Propomos" Na Educação Básica Do Município De Marabá – Pará.


Discente: Dionel Barbosa Ferreira Júnior
Orientador: Marcus Vinicius Mariano de Souza
Escola: Deuzuita Melo de Albuquerque

ENTREVISTA COM PROFESSOR (A)

1. Nome da professor: _____

2. Qual a sua Formação?


3. Atualmente participa de alguma formação continuada? Qual ou Quais são?


UNIFESSPA
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
FACULDADE DE GEOGRAFIA

4. Como você professor (a) trabalha os conteúdos de Geografia?

5. Quais procedimentos metodológicos-pedagógicos você utiliza em sala?

6. O livro didático de Geografia tem qual significado para o ensino de uma educação geográfica?


UNIFESSPA
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
FACULDADE DE GEOGRAFIA

7. Qual a sua percepção sobre a importância de se trabalhar o cotidiano do aluno na disciplina de Geografia? Você aborda a relevância social?

8. Como a Geografia escolar pode propiciar uma formação cidadã?

9. Enquanto professor colaborador como você avalia a importância do projeto “nós propomos” na educação?

5. Qual o papel dos órgãos públicos (Câmara, poder executivo...) na resolução dos problemas locais?

1. Nenhum () 2. Intervir ativamente na resolução dos problemas () 3. Ouvir as pessoas () 4. Criar espaços de encontro () 5. Promover a limpeza () 6. Melhorar as acessibilidades e os transportes públicos () 7. Promover o desenvolvimento () 8. Sensibilizar para os problemas () 9. Melhorar o policiamento e a segurança () 10. Melhorar as condições de vida da população () 11. Ajudar a população/os mais pobres ()
Outros.
Quais? _____

6. E qual é o seu papel e o dos seus colegas na resolução dos mesmos problemas?

1. Não podemos intervir () 2. Participar em campanhas de sensibilização () 3. Não consumir/combater drogas () 4. Poluir pouco/limpar () 5. Reciclar () 6. Identificar/comunicar problemas () 7. Utilizar transportes públicos () 8. Ser participativo () 9. Propor soluções para os problemas ()
Outros.
Quais? _____

7. Que atividades você gostaria de realizar no Projeto "Nós Propomos!...?"

1. Trabalho de grupo () 2. Visitas de estudo () 3. Conhecer o local onde vivemos () 4. Atividades práticas () 5. Contribuir para a limpeza do local onde vivo/reciclar () 6. Atividades de sensibilização da população () 7. Elaborar propostas de intervenção local () 8. Fazer os jovens sentirem-se bem na sua localidade ()

7. Você mora em qual bairro da cidade?
